

O que separa o Brasil dos bancos credores

por Celso Pinto de Londres

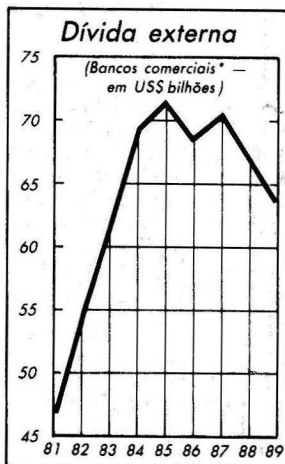
Das questões que separam o Brasil de seus bancos credores na discussão de um acordo para a dívida externa — mesmo depois da nova proposta feita pelo País na semana passada —, uma é crucial: o Brasil quer capitalizar parte dos juros dos títulos que serviriam para refinanciar a maior parte dos juros atrasados — e isso os bancos não aceitam de forma alguma.

O gerente-geral para administração da dívida do Lloyds Bank, Anthony Davies, disse na sexta-feira a este jornal que esta proposta do Brasil significaria "capitalizar juros sobre juros capitalizados, o que seria inaceitável". Esta é, em sua opinião, "uma questão de princípio", que dificulta a obtenção de um acordo.

O Lloyds Bank tem cerca de US\$ 1,78 bilhão em empréstimos ao Brasil, o que o coloca como o principal credor britânico do País, ao lado do Midland Bank, que tem um volume parecido de empréstimos. O Lloyds é um dos bancos europeus com assento no comitê dos bancos credores em Nova York.

Davies mencionou os detalhes da proposta que o Brasil fez aos bancos privados na semana passada.

O Brasil aumentou o total



que aceita pagar de juros atrasados aos bancos (mais de US\$ 8 bilhões). Antes, o Brasil queria pagar apenas 15% do total; agora concorda em pagar 18,75%. Os bancos também

(Continua na página 21)

As operações de troca e venda de títulos da dívida do Brasil e da Argentina por valor superior ao registrado nos livros proporcionaram um lucro de 32 milhões de libras esterlinas ao Lloyds Bank no ano passado. O banco encerrou o exercício com lucro líquido equivalente a US\$ 1,15 bilhão, recuperando-se do prejuízo registrado em 1989.

(Ver página 37)

de 1991 — GAZETA MERCANTIL

O que separa o...

por Celso Pinto de Londres

(Continuação da 1ª página)

cederam algo em sua proposta: eles queriam um terço dos juros atrasados e agora aceitam 30%.

A distância entre as partes em relação a este ponto ainda é grande, mas, concorda Davies, pode-se chegar a um meio termo aceitável para os dois lados. No entanto, existe uma questão delicada em relação à forma de pagamento desta parcela.

O Brasil ofereceu aos bancos pagar de imediato apenas 30% do valor desta parcela em "cash" relativa aos juros atrasados. Os restantes 70% só seriam pagos quando o Brasil chegasse a um acordo com os bancos privados em relação a todo o estoque da dívida. Esta foi a forma que o Brasil encontrou para manter uma vinculação direta entre o pagamento dos atrasados e a renegociação global da dívida.

Como se recorda, os bancos não aceitavam negociar o estoque da dívida brasileira antes que o Brasil acertasse a questão dos juros atrasados. O País, de sua parte, insistia que só resolveria a questão dos atrasados, se paralelamente acertasse a negociação de toda a dívida. O argumento brasileiro era que o Brasil não poderia se comprometer a pagar um determinado valor em juros atrasados sem ter uma idéia, simultânea, de quanto desembolsaria em relação à dívida como um todo.

Com a nova proposta da semana passada, o Brasil abre mão, parcialmente, deste princípio, ao aceitar pagar de imediato 30% da parcela em "cash" que for acertada (algo entre os 18,75% do total que o Brasil oferece e os 30% que os bancos querem). Em compensação, manteria em suspenso o grosso do dinheiro e uma forma de forçar os bancos a chegar a um acordo global para a dívida.

Davies não quis comentar este ponto. No entanto, outros banqueiros sugeriram a este jornal que nem todos os bancos credores vêem esta questão como intransponível. Também neste caso, o problema talvez seja mais de discutir percentagens do que o princípio. Onde, contudo, a questão esbarra no que os bancos consideram uma questão de princípio é no refinanciamento dos juros atrasados. A parcela dos juros atrasados que não for paga em "cash" seria refinanciada através da emissão de títulos, uma proposta que partiu originalmente

dos bancos e foi bem recebida pelo Brasil.

O formato destes títulos, segundo Davies, evoluiu, na proposta atual, para um prazo de nove anos com três de carência. O ponto crucial, no entanto, são os juros destes papéis. Os bancos querem que sejam juros normais de mercado. O Brasil propôs juros de apenas 3% e que a diferença entre este valor e os juros de mercado seja capitalizada no principal dos títulos.

Davies argumenta que se os bancos aceitarem, estarão capitalizando juros sobre juros atrasados que já foram capitalizados. Isso seria inaceitável para os bancos e um ponto pelo qual eles estariam dispostos a manter uma posição firme. É neste ponto que a negociação da dívida brasileira estaria empacando.

Um colega de Davies, Archie Buchanan, gerente-geral para a América Latina e para a Área Internacional do Lloyds Bank, não está, no entanto, pessimista em relação ao desfecho. Buchanan disse a este jornal que, desde o início da crise da dívida em 1982, "já assisti a muitas negociações difíceis, mas com exceção de países muito menores do que o Brasil, sempre se chegou a alguma solução". Um acerto, argumenta ele, acaba sendo, em última instância, do interesse tanto do Brasil quanto dos bancos credores.

Os bancos norte-americanos estariam mais duros em relação ao Brasil e menos dispostos a ceder alguns pontos que consideram essenciais. Buchanan, contudo, relativiza esta postura dos bancos norte-americanos.

Ele lembra que para estes bancos uma questão crucial será a reunião da comissão intergovernamental que regula o nível de provisões necessário para os bancos (o ICERC), marcada para meados de março. O nível atual de provisões exigidas dos bancos em relação ao Brasil é de 20% do total e o ICERC poderá elevar substancialmente esta exigência em março, talvez dobrando para 40% do total. Para muitos grandes bancos norte-americanos isso significaria a necessidade de mais provisões, num momento em que a lucratividade já está sendo afetada por diversos outros fatores.

Buchanan acha que, por esta razão, os bancos norte-americanos tenderão a se tornar mais flexíveis quanto mais se aproximar a data da reunião do ICERC. Ele não subestima a distância que ainda existe entre o

Brasil e os bancos mas pode-se dizer que está, basicamente, otimista em relação ao desfecho.

Vencida a discussão sobre o refinanciamento dos juros atrasados até dezembro último, se abriu a discussão sobre o estoque da dívida. O Brasil, unilateralmente, declarou sua intenção de pagar 30% dos juros devidos a partir de janeiro deste ano, tentando, com isso, fixar um parâmetro para a negociação futura. Nem Davies nem Buchanan arriscam prever esta segunda etapa de conversas mas, como diz Buchanan, ela deverá ser feita dentro de parâmetros conhecidos, usados nas negociações recentes de outros devedores. É muito provável, contudo, que consuma muitos meses antes de uma conclusão.

Muito menos otimista estão tanto Buchanan quanto Davies em relação ao novo plano econômico brasileiro. Ambos duvidam da eficácia do congelamento de preços e salários para resolver a questão inflacionária e preferiam ver medidas mais efetivas nas áreas fiscal e monetária. Os dois prevêem turbulência à frente, mas nenhum deles arrisca desenhar um cenário para o Brasil nos próximos meses.

Davies particularmente apoiou desde o início a direção das mudanças econômicas implementadas pelo governo Collor e, por isso mesmo, está decepcionado com as últimas medidas. Outro ponto que ele discor-

da é o da alegação recente da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, de que os bancos internacionais estariam apostando na saída da atual equipe econômica e sua substituição por outra mais flexível em relação à dívida. Ele diz que a alegação não é correta.